

Kids Online na Europa e no Brasil. Desafios para a pesquisa comparada sobre as práticas de crianças e adolescentes na Internet

Kids Online en Europa y en Brasil. Desafios para el estudio comparado sobre prácticas de niños y adolescentes en Internet

Kids Online in Europe and in Brazil. Challenges for the comparative research on children's and teenagers' Internet practices

Cristina Ponte¹

Resumo *Focado no projeto europeu EU Kids Online, que desde 2006 tem pesquisado a relação das crianças e adolescentes com a internet, este artigo apresenta o seu historial, as questões de organização e de estrutura que têm possibilitado um trabalho em rede de investigadores de diferentes países, bem como os seus enquadramentos teóricos e metodológicos. Apresentam-se resultados do inquérito que realizou em 25 países europeus, em 2010, e perspectivas de investigação comparada que se abrem com a realização do mesmo inquérito, Kids Online, no Brasil.*

Palavras-chave: *Pesquisa comparada. EU Kids Online. Inclusão digital.*

Resumen *Centrado en el proyecto europeo EU Kids Online, que desde 2006 viene investigando la relación de los niños y adolescentes con Internet, este artículo presenta la historia de dicho proyecto, las cuestiones de organización y de estructura que han posibilitado un trabajo en red de investigadores de diferentes países, así como sus puntos de partida teóricos y metodológicos. Se muestran en él también los resultados de la investigación que se realizó en 2010 en 25 países europeos y las perspectivas de estudio comparado que se abren tras la realización del citado trabajo, Kids Online, en Brasil.*

Palabras-clave: *Investigación comparada. EU Kids Online. Inclusión digital.*

¹ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Abstract *This article is focused on EU Kids Online, the European project which, since 2006, has researched the children's and teenagers' relation with the Internet. It presents its history, the organizational and structural matters which have made possible to work with a network of researchers from different countries, as well as their theoretical and methodological framework. This study presents the results of a survey carried out in 25 European countries in 2010, and the perspectives of comparative investigation that arise from the application of the same survey, Kids Online, in Brazil.*

Keywords: *Comparative research. EU Kids Online. Digital inclusion.*

Data de submissão: 19/04/2012

Data de aceite: 31/05/2012

Introdução

Este artigo surge no momento em que se publicam os primeiros resultados do inquérito *Kids Online Brasil*, realizado a uma amostra nacional de crianças e adolescentes brasileiros entre os 9 e os 16 anos, sobre as condições de acesso à internet, as suas atividades, a mediação por parte de pais, colegas e professores, as suas competências digitais declaradas e a sua experiência de riscos na rede. O inquérito brasileiro realizado pelo CETIC.br em 2012² adaptou os questionários do inquérito *EU Kids Online*, realizado em 25 países europeus, dentre os quais Portugal, em 2010, de modo a permitir comparação de respostas. Temos, assim, pela primeira vez na história dos estudos sobre crianças, adolescentes e mídia a possibilidade de comparar resultados europeus, portugueses e brasileiros com base em inquéritos nacionais que também inquiriram pais ou cuidadores. Esta oportunidade estimula a que pensemos as potencialidades e os desafios que se colocam à pesquisa comparada sobre a relação de crianças e adolescentes com a mídia, contrariando a insularidade e favorecendo a identificação de novas perguntas a partir do conhecimento das lacunas da pesquisa e dos problemas que vão emergindo. Tomando como base o historial do Projeto *EU Kids Online* desde o seu início, em 2006, o artigo apresenta as questões de organização e de estrutura que têm possibilitado um trabalho em rede de dezenas de investigadores de diferentes países, bem como os seus enquadramentos teóricos e metodológicos. São referidos alguns resultados tanto a nível europeu como em Portugal e conclui-se com perspectivas que se abrem com a realização deste inquérito no Brasil.

² Para mais informações sobre este estudo, veja: <http://cetic.br/criancas2012/index.html>. Acesso em: 25 jun. 2012.

Vantagens e dificuldades da pesquisa comparada: a experiência do *EU Kids Online*

A internacionalização da pesquisa acadêmica tem-se vindo a acentuar, beneficiando da remoção de barreiras políticas e aproveitando-se de um maior cosmopolitismo e acessibilidade dos saberes, por via das novas redes comunicacionais e do contexto da globalização cultural. Não é difícil encontrar argumentos a favor desta perspetiva, que traz novos ângulos de visão, permitindo aos investigadores evidenciar aspetos até então nebulosos e olhar para o seu país a partir de outros lugares e de outras posições.

Estas vantagens não evitam, contudo, o reconhecimento de dificuldades metodológicas sobre o caráter, a qualidade e a comparabilidade dos dados em que assenta a pesquisa comparada. Apesar de parecer que todos falam do mesmo, à partida, os primeiros passos de encontro de equipas internacionais mostram a dificuldade em definir *unidades comuns de pesquisa*, em identificar *amostras equivalentes*, ou mesmo em *selecionar indicadores* que sejam realmente comparáveis.

Outras dificuldades, menos evidentes, são a própria variação das culturas académicas nacionais, as tradições e a história social e das ciências sociais de cada país. Para além da variedade de designações de programas que incluem a Comunicação, nuns países possuem uma herança humanística, noutros a sua aproximação às Ciências Sociais é dominante. Daqui decorrem orientações metodológicas diferenciadas, entre opções de cariz mais interpretativo e valorizações de resultados e indicadores quantificáveis, embora se venha a verificar na pesquisa uma combinação entre metodologias quantitativas e qualitativas que resulta de equipas interdisciplinares de investigação. No contexto europeu, também o reconhecimento da necessidade de uma língua comum para que seja possível dialogar e trabalhar em conjunto não deixa de colocar em desiguais lugares de expressão os falantes nativos e não nativos da língua inglesa.

Apesar destes constrangimentos, tem sido possível realizar um trabalho conjunto e cooperativo no Projeto *EU Kids Online*, liderado por Sonia Livingstone e Leslie Haddon, da London School of Economics, e financiado

pela Comissão Europeia. Coordenar e mobilizar uma rede europeia que começou com cerca de 40 investigadores de 21 países, em 2006, e que reúne atualmente mais de 120, de 33 países, exige uma liderança firme mas capaz de mobilizar, integrar e alimentar um ambiente produtivo e positivo entre os participantes, com formações académicas distintas (Mídia e Comunicação, Educação, Sociologia, Psicologia Social). A maturidade científica, a corresponsabilização e a sensibilidade na construção da relação têm sido ingredientes fundamentais para essa articulação.

Os três primeiros anos (2006-2009) deste Projeto, que constituíram o corpo da rede, identificaram as lacunas da pesquisa europeia sobre crianças e internet, traçaram uma comparação entre 21 países quanto aos seus níveis de relação entre penetração da internet na sociedade e dimensões do risco encontrado pelas crianças, produziram um acervo de relatórios e guias e identificaram as necessidades da pesquisa seguinte; os anos intermédios (2009-2011) foram centrados no desenho, testagem, aplicação e análise dos resultados de um gigantesco inquérito europeu em 25 países; a fase atual (2011-2014), que reúne 33 países, visa: 1) atualizar as pesquisas europeias sobre crianças e internet e destacar estudos de particular qualidade; 2) aprofundar e alargar os resultados do inquérito europeu, com análises focalizadas, por comparações com estudos anteriores e com outros países (como será o caso do Brasil); 3) conceber e realizar uma pesquisa qualitativa sobre a experiência de riscos e segurança na internet, expressa por crianças e jovens nos seus próprios termos, que irá decorrer em 15 países; 4) prosseguir na disseminação pública destes resultados e na promoção de informação que sustente políticas e intervenções esclarecidas por parte de decisores e reguladores, indústrias, escolas, jornalistas, famílias, sociedade civil.

EU Kids Online I (2006-2009): Caracterizar a pesquisa europeia sobre crianças e internet

Como vimos, o projeto iniciou-se pelo levantamento e análise de pesquisas e estudos realizados desde 2000 sobre crianças e internet nos 21 países par-

ticipantes. Pela recolha, sistematização e caracterização das investigações procurava-se: 1) identificar lacunas na pesquisa; 2) caracterizar os contextos – institucionais, financeiros, mediáticos, dentre outros – em que se realizam essas pesquisas; 3) comparar resultados sobre acessos e usos, riscos e oportunidades no uso da internet por crianças dos vários países, tendo em conta os respectivos contextos nacionais; 4) produzir orientações metodológicas para a pesquisa sobre / com crianças; 5) formular recomendações nesta matéria, nos Estados participantes e a nível da própria União Europeia; e 6) disseminar as conclusões junto de públicos-alvo (investigadores, decisores políticos, reguladores, indústrias, educadores, ONG, dentre outros).

Neste sentido, as equipas nacionais foram responsáveis por identificar estudos relevantes no país ou internacionais com participação do país sobre a relação das crianças com a internet. Foram tidos em análise indicadores como a origem dos financiamentos, os objetivos, as metodologias usadas (quantitativas ou qualitativas) e os resultados alcançados. Para “ler” a pesquisa nacional e os seus contextos de realização, tornou-se necessário recorrer a informantes privilegiados (por exemplo, nas áreas da Educação, Família, Infraestruturas tecnológicas, Direito, Segurança informática...). Deste modo visava-se o fornecimento de um retrato tão exaustivo quanto possível sobre as condições (institucionais, financeiras, políticas, debates públicos) que marcam a pesquisa em cada país, por um lado, e o que a pesquisa realizada revela quanto ao acesso e de uso da internet pelas crianças, os riscos e as oportunidades experimentadas em cada país, por outro.

No caso português, deparamo-nos com uma invisibilidade de dados oficiais, uma ausência de estatísticas atualizadas que incluíssem os mais novos na sua ligação às redes digitais e uma quase ausência de estudos representativos nacionais sobre internet que abrangessem crianças. Esse motivo levou-nos a recolher produção académica (teses de mestrado e de doutoramento, condicionadas por serem trabalhos de cunho essencialmente individual e centrados em “casos” locais), o que foi feito por contactos diretos com cursos de pós-graduação de universidades do país ou por pesquisa na Biblioteca Nacional. Outros países, com mais pesquisa de âmbito nacional e projetos de investigação, não

tiveram que recorrer a trabalhos acadêmicos, o que aponta a necessidade de ler os números de cada país no seu contexto específico no que se refere a estudos encontrados.

Enquadramentos conceituais: o cimento da rede

Enquanto prosseguia o trabalho de localização de pesquisa nacional por parte das equipas, era necessário providenciar que todos os participantes estivessem orientados pelas mesmas perspetivas teóricas. Neste sentido, convém assinalar a importância dos encontros semestrais entre os coordenadores nacionais, que foram fóruns para a discussão geral das questões relevantes da pesquisa.

Começamos pelas considerações gerais sobre pesquisa comparada. Numa comparação transnacional, cada país pode ser considerado como *objeto de estudo*, olhando para os seus dados nacionais numa justaposição com os de outros países; como *contexto de estudo*, para testar hipóteses; como *unidade de análise*, para examinar relações entre as dimensões em que variam os países; como *parte de um sistema internacional* mais vasto (KOHN, 1989³). No projeto *EU Kids Online* foram contempladas as três primeiras categorias.

O país como *objeto de estudo* teve em conta a informação estatística sobre semelhanças e diferenças entre países, como a fornecida pelo Eurobarômetro ou o Eurostat, que permitem posicionar cada um relativamente aos restantes e a uma média europeia. Os passos seguintes encaminhavam-se para a atenção aos países como *contextos de estudo* e como *unidades de análise*, que apresentaremos integrados.

Um primeiro enquadramento conceptual sobre a relação das crianças e internet considerou os riscos e as oportunidades numa dimensão simultaneamente individual (a criança) e contextual (o país onde vive),

³ Apud LOBE, B.; LIVINGSTONE, S.; HADDON, L. *Researching children's experiences on the Internet across Countries: Issues and Problems in Methodology*. 2007.

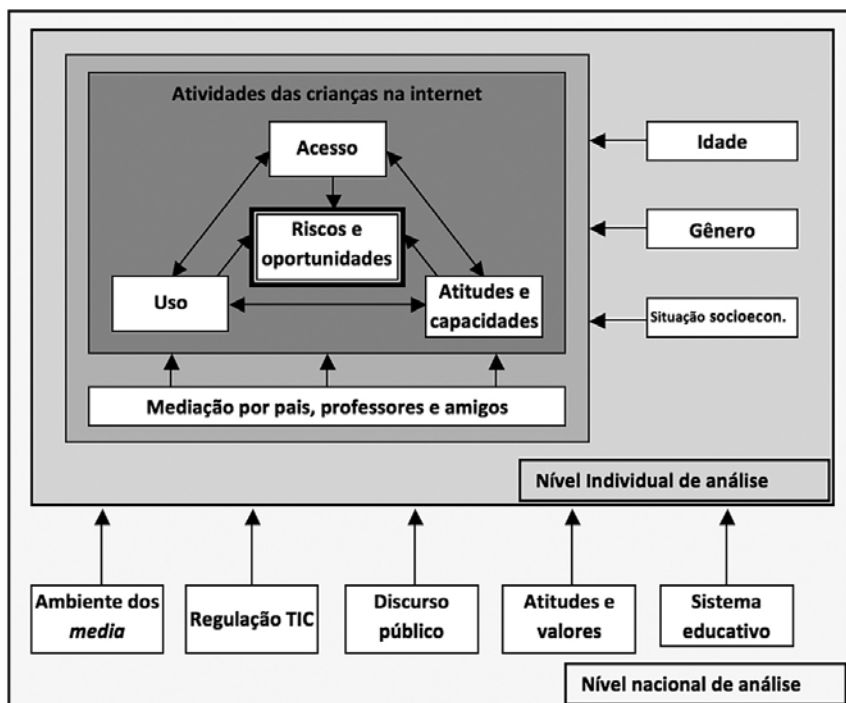


Figura 1. Crianças e internet: quadro conceitual de análise.⁴

como se vê na Figura 1. A primeira dimensão tem como âmbito as condições concretas em que a criança realiza as suas atividades (condições de *acesso*, *usos*, *atitudes* e *capacidades* de usar a internet). Considerou-se que essas condições são afetadas pelas *mediações* por parte dos pais, professores e amigos, e também por fatores de ordem demográfica como a idade, o gênero e a situação socioeconômica do seu agregado. Por sua vez, na perspectiva do país como contexto de estudo, considerou-se a hipótese de fatores como o ambiente midiático e a sua regulação, o discurso público sobre as crianças e a internet, as atitudes e valores culturais ou as características do sistema educativo poderem influenciar as práticas das crianças na internet, de modo positivo ou negativo.

⁴ Fonte: HASEBRINK, U.; LIVINGSTONE, S.; HADDON, L.; ÓLAFSSON, K. *Comparing children's online opportunities and risks across Europe: cross-national comparisons for EU Kids Online*. London: LSE, 2009.

Um segundo enquadramento conceptual incidiu na própria definição do que se considerava como risco ou oportunidade. Inspirada nas questões comunicacionais, a perspectiva sistemática para esse tratamento partiu da pergunta: “Que processos de comunicação conduzem a diferentes riscos e a diferentes oportunidades?” O modelo criado parte das motivações para usar a internet (ser *receptor* de conteúdos de massa; *participar* em contactos iniciados por outrem; ou ser *agente*, com condutas que ativam conteúdos e contactos). Estas três posições – de receptor, participante e ator – foram articuladas com quatro categorias de Oportunidades e de Riscos associados ao uso da internet. Nas Oportunidades que proporciona, temos as aprendizagens educacionais e a literacia digital, a participação e o envolvimento cívico, a criatividade e autoexpressão e as relações sociais e identitárias. Nos Riscos, identificaram-se os riscos comerciais, violência e agressividade, riscos sexuais e valores negativos. A sua combinação com as três posições atrás referidas compõe o quadro de 24 células de atividades da Figura 2.

A aplicação destes quadros conceptuais à pesquisa recolhida em cada país permitiu observar que a maioria dos estudos incidia na caracterização do acesso e de usos, seguida da caracterização de interesses e atividades, com destaque para o *online* como recursos educativos, de entretenimento e de relacionamento social, num figurino transversal aos países. Foi assim possível identificar no relatório sobre esta recolha (STAKSRUD; LIVINGSTONE; HADDON, 2009) a escassez de atenção a tópicos relacionados com riscos e segurança na internet, ausentes em mais de um terço dos estudos. A lacuna de atenção aos riscos e às capacidades e competências para lidar com eles, incluindo a resiliência, a resistência à frustração ou à perturbação, era particularmente acentuada no que se refere a crianças mais novas e a crianças de meios sociais desfavorecidos. Também se evidenciou a escassa atenção às formas de mediação da experiência das crianças na internet, com poucos estudos a incluir pais, professores e pares enquanto mediadores.

		Conteúdo: a criança como receptor	Contacto: a criança como participante	Conduta: a criança como ator
Oportunidades	Aprendizagens educativas e literacia digital	Recursos educacionais	Contactos com outros que partilham os mesmos interesses	Autoiniciativa ou aprendizagem colaborativa
	Participação e envolvimento cívico	Informação global	Troca entre grupos de interesse	Formas concretas de participação cívica
	Criatividade e autoexpressão	Diversidade de recursos disponíveis	Ser incitado a criar ou a participar	Criar conteúdos
	Identidade e relações sociais	Conselhos (pessoais, saúde, sexualidade etc.)	Redes sociais, partilha de experiências com outros	Expressão de identidade
Riscos	Comerciais	Publicidade não solicitada (spam), patrocínios	Dar/recolher informação pessoal	Jogos e acessos ilegais, pirataria
	Agressividade	Conteúdos violentos, discriminatórios	Ser intimidado, molestado, perseguido	Intimidar ou molestar os outros
	Sexuais	Conteúdos pornográficos, sexualmente maliciosos	Aliciamento sexual	Criar, inserir conteúdo pornográfico
	Valores negativos	Conteúdo racista, tendencioso (por exemplo, sobre drogas)	Incitamento à automutilação, persuasão indesejada	Difusão de conselhos, sobre suicídio, anorexia

Figura 2. Uma classificação de Riscos e Oportunidades.⁵

⁵ Fonte: HASEBRINK, U.; LIVINGSTONE, S.; HADDON, L.; ÓLAFSSON, K. *Comparing children's online opportunities and risks across Europe: cross-national comparisons for EU Kids Online*. London: LSE, 2009.

Preparando a análise comparada de estudos sobre crianças e internet

No primeiro ano do Projeto teve lugar um estudo piloto que envolveu três países (Portugal, Polónia e Reino Unido), para servir de base para a análise comparada alargada aos 21 países, no ano seguinte. A escolha dos três países decorreu das suas diferenças geográficas (centro, norte e sul europeu), dos seus níveis diferenciados de penetração das tecnologias e de terem participado num estudo anterior, o *Mediappro*. As equipas dos três países lançaram-se na escrita dos respetivos relatórios tendo como base as pesquisas encontradas sobre crianças e internet no país e o levantamento e discussão de indicadores contextuais, que permitissem fazer uma leitura do país como *unidade de análise*.

Dentre as lições aprendidas neste estudo exploratório estão os processos sociais na pesquisa e na escrita de relatórios nacionais: é apenas quando lemos as notas de outros países que temos consciência de como poderíamos ter também fornecido informação equivalente no nosso próprio relatório. Assim, por exemplo, apesar de indicações claras sobre o tipo de conteúdo pretendido, houve uma variação no que era referido pelos investigadores, nos modos de apresentação dos materiais, no nível com que sustentavam as suas evidências e nas próprias evidências apresentadas (HASEBRINK et al., 2007). Estas indicações foram preciosas para a fase seguinte, de alargamento da elaboração de relatórios nacionais e da sua análise comparada.

A Figura 3 representa em esquema os quatro passos dos procedimentos levados a cabo para a articulação dos relatórios nacionais numa análise comparada.

A discussão do estudo piloto pela rede permitiu a identificação de questões e de hipóteses de pesquisa. Por exemplo, a pergunta *Onde é que as crianças usam a internet?*, ou a hipótese *Há diferenças de gênero no acesso das crianças à internet?* Estas e outras questões foram formuladas numa grelha que constituiu o primeiro passo para a pesquisa comparada (Figura 3, Passo 1). A grelha foi preenchida pelos 21 países, com base na investigação disponível, em estatísticas e em entrevistas com informan-

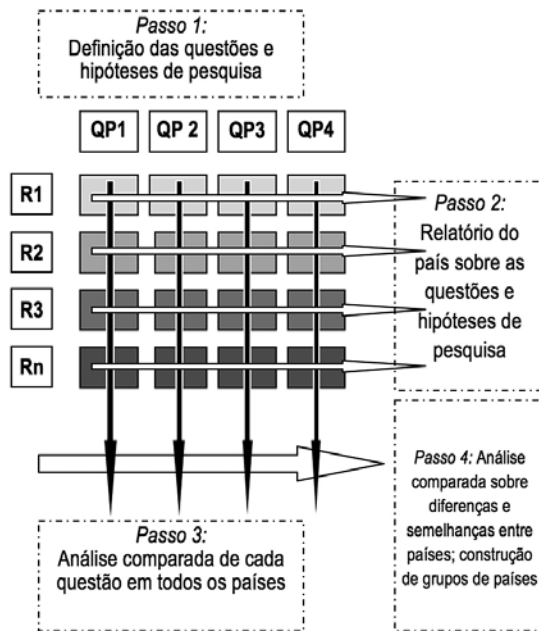


Figura 3. Visão geral dos procedimentos da análise comparada.⁶

tes privilegiados, para respostas o mais precisas e atualizadas em relatórios nacionais, num preenchimento horizontal (Figura 3, Passo 2). Uma vez recolhidos todos os relatórios, estes foram dissecados por questões de pesquisa, analisadas por pequenas equipas de investigadores, com base no seu voluntariado e interesses de investigação (Figura 3, Passo 3). A partir dessas semelhanças e diferenças, foi discutida a classificação de países de acordo com as suas posições e chegou-se a uma tipologia por grupos de países (Figura 3, Passo 4), que se apresenta na Figura 4.

A natureza díspar da informação fornecida nos relatórios nacionais decorrente das diferenças dos estudos nacionais e das datas de realização da investigação empírica numa matéria em que a atualidade é crucial levaria a que fosse decidido incluir também a informação mais atual e comum a todos os países, dois inquéritos do Eurobarômetro que tinham

⁶ Fonte: HASEBRINK, U.; LIVINGSTONE, S.; HADDON, L.; ÓLAFSSON, K. *Comparing children's online opportunities and risks across Europe: cross-national comparisons for EU Kids Online*. London: LSE, 2009.

Uso da Internet pelas crianças			
Risco Online	Baixo (< 65%)	Médio (65% - 85%)	Alto (> 85%)
Baixo	Chipre Itália	França Alemanha	
Médio	Grécia	Áustria Bélgica Irlanda Portugal Espanha	Dinamarca Suécia
Alto		Bulgária República Checa	Estônia Islândia Holanda Noruega Polônia Eslovênia Reino Unido

Figura 4. Classificação dos países quanto a uso e riscos da internet por crianças.⁷

auscultado pais europeus em 2006 e 2008, respetivamente sobre o acesso das crianças à internet e sobre preocupações com segurança e riscos.

Desta articulação entre estudos nacionais, inquéritos europeus no que se refere a considerações sobre riscos e estatísticas sobre índices de utilização da internet por crianças emergiram três cenários, cuja distribuição se vê na Figura 4: países de “uso elevado, risco elevado” (sobretudo países do norte europeu), países de “baixo uso, baixo risco” (do sul) e países marcados por “novos usos, novos riscos” (países do centro europeu). Como se verifica, não se identificou “risco baixo” em países com elevadas taxas de penetração da internet junto dos mais novos, e também não se identificou situações de países com baixa penetração e alta incidência de riscos⁸.

⁷ Fonte: HASEBRINK, U.; LIVINGSTONE, S.; HADDON, L.; ÓLAFSSON, K. Comparing children's online opportunities and risks across Europe: cross-national comparisons for EU Kids Online. London: LSE, 2009.

⁸ Este processo e as suas várias etapas estão descritos no relatório Comparing children's online opportunities and risks across Europe (HASEBRINK; LIVINGSTONE; HADDON; ÓLAFSSON, 2009), disponível em: www.eukidsonline.net.

Foram ainda coproduzidos relatórios sobre condições contextuais da pesquisa (STALD; HADDON, 2009), documentos de apoio à investigação (LOBE; LIVINGSTONE; HADDON, 2008) e um Guia de Boas Práticas na pesquisa sobre crianças e internet (LOBE; LIVINGSTONE; OLAFSSON; SIMÕES, 2008), além da realização de uma análise comparada de imprensa sobre notícias que referiam crianças e internet, durante dois meses, em jornais de 13 países (PONTE, 2009)⁹. O trabalho em equipa permitiu ainda a elaboração do livro *Kids Online* com análises detalhadas sobre os resultados desta primeira fase (LIVINGSTONE; HADDON, 2009), contendo 19 capítulos e mais de 40 autores, e ainda dois números especiais em jornais de circulação internacional, *Journal of Children and Media* e *International Journal of Media and Cultural Politics*.

EU Kids Online II (2009-2011): uma inquirição extensiva e comparável

Tendo constatado os constrangimentos na comparação de pesquisas que não têm na sua base um consistente conjunto de perguntas, procedimentos metodológicos comuns e consequente corpo empírico produzido segundo os mesmos parâmetros, o novo projeto *EU Kids Online II* (2009-2011) visou realizar no terreno uma investigação robusta que permitisse ir mais longe na pesquisa europeia sobre crianças e internet, com um foco em matérias de risco e nas suas consequências, identificando ainda semelhanças e diferenças entre países pelo recurso aos mesmos instrumentos de inquirição.

A segunda fase do projeto *EU Kids Online*, de novo financiado pelo Programa *Safer Internet Plus*, da Comissão Europeia e agora com 25 países participantes, teve como objetivos: 1) desenhar um forte instrumento de pesquisa, capaz de conseguir identificar a natureza do acesso *online*

⁹ Relatórios e outros documentos disponíveis em: <http://www2.lse.ac.uk/media@lse/research/EUKidsOnline/EU%20Kids%20Online%20reports.aspx> Acesso em: 25 jun. 2011.

das crianças e adolescentes (9-16 anos), os seus usos, riscos e formas de lidar com eles, captando em conjunto as perspetivas de pais e de filhos; 2) acompanhar a administração do inquérito em cada país, incluindo a sua tradução para a língua nacional; 3) analisar os resultados de modo sistemático para identificar os factos e padrões fundamentais numa base nacional e comparada; 4) identificar e disseminar em tempo apropriado as recomendações chave relevantes para o desenvolvimento de iniciativas de segurança a nível europeu.

O enquadramento que sustentou o desenho do inquérito teve como base as conceptualizações anteriores (Figuras 1 e 2, anteriores), adaptando-se às perguntas de partida: como é que as condições de acesso e de uso, bem como as atividades, constituem fatores de risco e como são as respostas das crianças e adolescentes ao risco? Este enquadramento abriu espaço para uma compreensão contextualizada e ponderada da segurança e dos riscos dos mais novos na internet. Não só se procurou relacionar os riscos *online* com os que acontecem *offline*, como o *bullying* e o contacto com mensagens e imagens de cariz sexual, como também se traçou uma distinção entre a exposição ao risco e o dano que pode ser sua consequência – nem todas as exposições a riscos conduzem necessariamente a danos. Esta perspetiva sobre o risco, que contraria o discurso dominante sobre os perigos da internet, exigia por isso uma especial atenção às *formas de lidar* com situações de risco.

Por conseguinte, o inquérito distinguiu entre *risco* e *dano*, averiguando respostas aos riscos que revelam um *saber lidar* com a situação e respostas que revelam essa incapacidade, fazendo com que a experiência do risco tivesse consequências danosas. Assim, procurou-se compreender os diferentes padrões de incidência, distribuição, gravidade e consequência do *dano* resultante da experiência de riscos *online*. Porque era importante conhecer as estratégias desenvolvidas pelas crianças em situação de risco na internet, juntaram-se às perguntas que averiguam das condições demográficas (idade, gênero, meio socioeconômico) outras perguntas que permitem uma averiguação das características psicológicas (Figura 5).

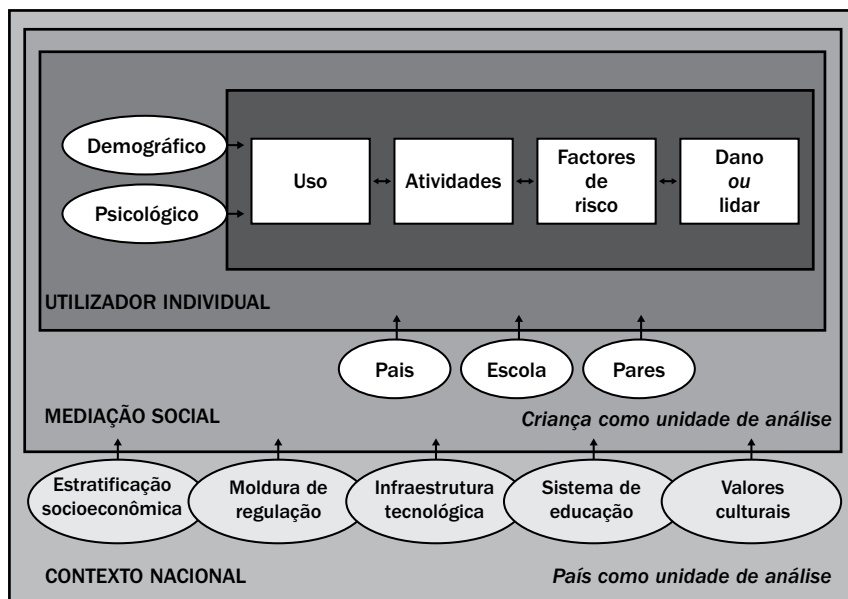


Figura 5. Enquadramento que orientou o inquérito *EU Kids Online*.

Fonte: LIVINGSTONE, HADDON E GÖRZIG (2011)

O inquérito compreendeu três questionários: um questionário por entrevista dirigido a crianças e adolescentes, incidindo sobre as condições de acesso, as atividades, as competências digitais e as mediações por parte de pais/cuidadores, professores e pares (uma área onde se tinha identificado lacuna na pesquisa, como vimos); um questionário de autopreenchimento pelos mais novos (9-10 anos) e mais velhos (11-16), para as perguntas sensíveis sobre experiências de risco relacionadas com conteúdos pornográficos, contactos com pessoas desconhecidas que se conheceram na internet, *bullying*, *'sexting'*, conteúdos potencialmente nocivos gerados por utilizadores e abuso de informação pessoal. Os quatro últimos foram apenas perguntados a crianças com mais de 11 anos. As perguntas permitiam avaliar a extensão do eventual dano e também estratégias para resolver de modo positivo a situação de risco aí encontrada; um terceiro inquérito com questões paralelas, dirigido aos pais, permitindo uma comparação de respostas.

A escolha destes riscos teve presente a discussão europeia sobre os riscos da internet e as limitações da extensão do inquérito. O estudo foi norteado também por objetivos de intervenção pública, na forma de Recomendações a entidades com responsabilidades em políticas e práticas, das indústrias aos governos, passando pelas famílias e a escola. Por conseguinte, o inquérito incidiu sobre os riscos mais proeminentes na agenda pública, e não necessariamente sobre aqueles que mais preocupam as crianças no seu dia a dia, muitas vezes relacionados com riscos técnicos, como vírus, e com a invasão de mensagens comerciais na sua navegação na internet. Não foram assim questionados todos os riscos constantes da Figura 2, nomeadamente os riscos relacionados com conteúdos comerciais nem com práticas que violam direitos de autor. Para além de uma pergunta aberta, que antecedia o questionário de autopreenchimento e que permitia a expressão do que consideravam que incomodava pessoas da sua idade (cujas respostas ainda estão a ser analisadas), importa por isso prosseguir a pesquisa sobre o que são as práticas das crianças e adolescentes na internet, e conhecer o que são as suas preocupações e formas de lidar com situações de risco, o que está a ser feito na terceira fase do *EU Kids Online*, através de uma pesquisa qualitativa.

O inquérito abrangeu uma amostra representativa de 25.142 crianças e adolescentes, utilizadoras da internet, e um dos seus pais, em 25 países. Construído em inglês, foi traduzido para 19 línguas europeias, garantindo comparabilidade e adaptação com exemplos e linguagens locais, e foi alvo de duas rondas de testes cognitivos, antes da sua versão final para apurar da compreensão das questões por parte das crianças e das suas reações (HADDON; PONTE, 2012). Foi aplicado entre a Primavera e os finais do Verão desse ano a uma amostra estratificada aleatória, em casa, por inquirição face a face, exceto nas questões sensíveis, de autopreenchimento¹⁰.

¹⁰ Mais pormenores sobre a metodologia e aplicação do inquérito podem ser consultados no relatório final *Risks and Safety on the internet. The perspective of European children* (LIVINGSTONE; HADDON; GORZIG; OLAFSSON, 2011) e no *Technical Report* produzido pela agência IPSOS-MORI, que aplicou o questionário nos 25 países, ambos disponíveis no sítio do projeto (www.eukidsonline.net).

Além de apresentar uma detalhada análise descritiva dos resultados por categorias demográficas e por países, o relatório final que resultou deste inquérito europeu acrescenta às suas conclusões seis pontos com indicações para políticas de intervenção por parte dos reguladores e governos, as indústrias, a consciencialização em matéria de segurança, a intervenção das escolas e dos professores e ainda questões e conselhos para as famílias. Desse relatório, apresentamos um gráfico (Figura 6) que ilustra a diversidade de condições de acesso e de posições de liderança digital nas famílias, no contexto europeu, confrontando a percentagem de crianças que acede à internet diariamente com a dos seus pais. Numa média europeia onde 60% das crianças e adolescentes acedem todos os dias, em vários países do norte e centro-leste essa percentagem situa-se perto dos 80%, contrastando com valores mais baixos em países do sul, dentre os quais Portugal. Observamos também que os países escandinavos onde a internet está há mais tempo presente são os pais que lideram na frequência diária (Suécia, Noruega, Finlândia, Holanda), enquanto países do ex-bloco socialista, que transitaram para economias de mercado e onde a internet é também de penetração mais recente, registam contrastes avassaladores entre os níveis de frequência de filhos e de pais (por exemplo, Bulgária, Polónia, Romênia, Lituânia). Em países do sul europeu (Portugal, Grécia, Itália, Espanha), ainda que com valores médios mais baixos, são as crianças quem mais acede diariamente à rede, sendo o caso da Turquia revelador de um país com uma penetração ainda muito baixa da internet. Países que tinham sido considerados como de “uso elevado, risco elevado” e “novos usos, novos riscos” continuam a contrastar com países de “baixo uso, baixo risco” (ver Figura 4).

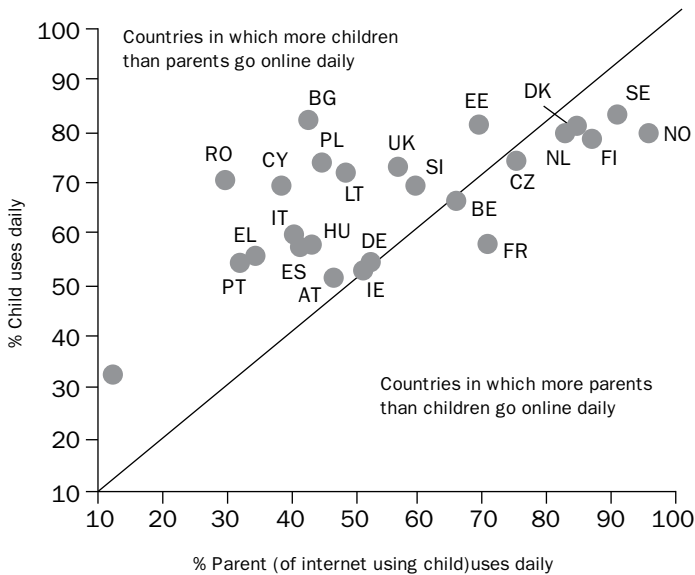


Figura 6. Resultados do inquérito europeu quanto ao acesso diário à internet.
Fonte: LIVINGSTONE, HADDON, GÖRZIG e ÓLAFSSON (2011)

AT: Áustria; BE: Bélgica; BU: Bulgária; CY: Chipre; CZ: República Checa;
DE: Alemanha; DK: Dinamarca; EE: Estônia; EL: Grécia; ES: Espanha;
FI: Finlândia; FR: França; HU: Hungria; IE: Irlanda; IT: Itália; LT: Lituânia;
NL: Holanda; NO: Noruega; PL: Polónia; PT: Portugal; RO: Romênia;
SE: Suécia; SI: Eslovênia; TR: Turquia; UK: Reino Unido.

Passando das condições de acesso para as respostas relativas aos riscos e danos, notamos também relevantes contrastes entre os países. A pesquisa da primeira fase (ver Figura 4) sugeria uma relação direta entre a intensidade do uso e a exposição a riscos. O que este inquérito permitiu observar é que a relação entre *risco* e *dano* não é nem linear nem proporcional.

Uma exploração dos resultados em torno da questão sobre a relação entre a *exposição ao risco* e a *experiência de dano* e sua variação entre os países evidenciou essas diferenças, mas assinala também alguma relação. Como a Figura 7 ilustra, a percentagem de crianças e adolescentes

que reporta ter-se deparado com um ou mais dos riscos assinalados no inquérito varia entre os 30% e os 70%, enquanto a percentagem de respostas que reportam incômodo por esses riscos é muito menor, na maioria abaixo dos 15%. Podemos ainda observar as diferenças entre países de “alto uso” e de “novos usos”, por um lado (quadrante superior direito), e países de “baixo uso”, por outro (quadrante inferior esquerdo). Também constatamos que as declarações de experiências danosas são mais elevadas nos países com maior uso diversificado da internet por parte das crianças, um resultado com implicações para políticas em matéria de promoção da segurança digital e de capacitação das crianças e adolescentes para lidarem com a internet tirando partido das suas oportunidades e minimizando os seus impactos negativos.

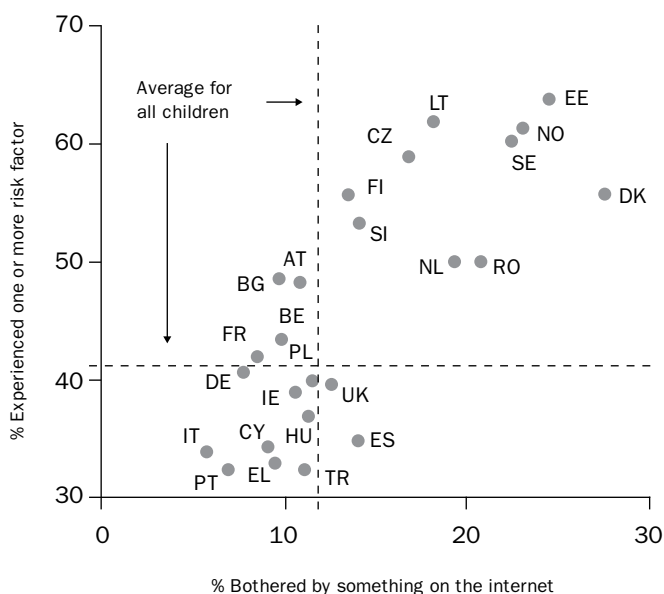


Figura 7. Resultados do inquérito europeu quanto a vivências de risco e de dano.¹¹

¹¹ Fonte: LIVINGSTONE, S.; ÓLAFSSON, K.; O'NEILL, B.; DONOSO, V. *Towards a better internet for children*. London: LSE, EU Kids Online, 2012. ISSN 2045-256X.

Para além do relatório final que contém ainda recomendações e indicações para políticas europeias (LIVINGSTONE; HADDON; GÖRZIG; ÓLAFSSON, 2011), os investigadores lançaram-se de novo em análises detalhadas aos resultados do inquérito, que dariam origem a um novo livro académico, *Children, Risk and Safety on the internet* (LIVINGSTONE; HADDON; GÖRZIG, 2009b), com 26 capítulos e mais de 50 autores, a um novo número especial do *Journal of Children and Media* (vol.1, 2013) e a uma série de relatórios sumários (12-16 páginas) de exploração de temas como Redes Sociais, Mediação parental, Uso excessivo, dentre outros, igualmente disponíveis no sítio do Projeto.

As equipas analisaram ainda os resultados do seu próprio país e apresentaram indicações a interlocutores nacionais: entidades governamentais e *stakeholders* em matéria de segurança, educação, proteção infantojuvenil, indústrias, ONG, académicos. Em Portugal, esses resultados foram apresentados e comentados por um painel diversificado, numa conferência nacional em Fevereiro de 2011, que viria a dar origem ao livro *Crianças e Internet em Portugal* (PONTE; JORGE; SIMÕES; CARDOSO, 2012). Apresentamos de seguida de forma sumária alguns dos resultados e indicações.

Portugal no contexto europeu: um sumário dos resultados do inquérito *EU Kids Online*

As crianças e adolescentes portugueses lideram em termos europeus no acesso à internet através dos seus portáteis pessoais (68%), uma consequência direta de políticas que facilitaram a aquisição desses computadores a baixo custo para estudantes e que conduziram a uma democratização da posse de computadores. A casa é o principal local de acesso e uma percentagem elevada (67%) acede à internet nos seus quartos, um valor acima da média europeia (49%). Contudo, estão entre os que usam menos a internet numa base diária (cf. Figura 6), porque o custo do acesso pesa no orçamento de famílias com menos recursos. Um uso menor vai

a par de um valor abaixo da média europeia no que se refere a riscos reportados (9%, para uma média europeia de 12%).

Apesar destes resultados sobre os quatro riscos inquiridos, cerca de metade dos respondentes acima dos 11 anos reportou alguns sinais de “uso excessivo” (o segundo valor, em termos europeus), algo que pode estar mais relacionado com ansiedade decorrente das limitações do tempo do que com a duração do tempo em si mesmo (CARDOSO, 2012). Por outro lado, embora crianças e adolescentes portugueses declarem mais competências digitais do que a média europeia, o cruzamento com as suas respostas a situações de risco mostra que nem sempre sabem usar essas capacidades para lidar com a situação (JORGE, 2012).

Resultado também do investimento feito em escolas e no currículo em TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação), a escola é referida como local de acesso por 72% das crianças e adolescentes portugueses, acima da média europeia (63%). Se juntarmos o destaque dos locais públicos de acesso gratuito à internet, referido por 25%, mais do que duplicando a média europeia, enquanto os espaços pagos, como os cibercafés têm pouca expressão (5%), vemos o resultado de políticas públicas que favoreceram o acesso dos mais novos ao digital.

Embora a resposta das famílias, sobretudo as de menores recursos, a estas políticas tenha sido positiva, os pais portugueses colocam riscos da internet (os filhos visionarem conteúdos desadequados à idade e serem contactados por estranhos) entre as suas principais preocupações, quase duplicando a média europeia (LIVINGSTONE, ÓLAFSSON; O’NEILL; DONOSO, 2012, p. 3).

No que se refere a formas de mediação parental, e de acordo com as respostas dos filhos, a mais comum é falar com eles sobre o que fazem na internet (83%), mas apenas cerca de metade dos pais incentiva o uso da internet para fins de aprendizagem e um pouco menos envolve-se em atividades conjuntas. As variações por idade pesam menos do que por estatuto socioeconômico, com uma acentuada redução da mediação ativa dos usos da internet em geral e dos usos seguros em particular entre as famílias com menos recursos. Por sua vez, o envolvimento dos professo-

res na mediação ativa dos usos da internet é referido por mais de 86% de crianças e adolescentes, colocando Portugal entre os países europeus onde a mediação da escola é das mais elevadas. Fora dos seus círculos pessoais, crianças e pais comungam o desejo de virem a receber mais informação sobre usos seguros da internet por parte dos professores e das escolas, seguindo-se os meios de comunicação social (SIMÕES, 2012).

Num país onde mais de metade (53%) das famílias inquiridas foi considerada de nível socioeconômico baixo¹² (para uma média europeia de 19%), 40% dos pais não acedem à internet e 22% declaram fazer usos muito rudimentares. Familiares e pessoas amigas são as primeiras fontes de informação sobre usos da internet, mas a diversidade social pesa: dois terços das crianças e adolescentes de famílias com menos recursos declararam ser totalmente verdade elas saberem mais sobre a internet do que os seus pais, para menos de um terço nas famílias de meio socioeconômico elevado. Foram crianças de meios socioeconômicos mais desfavorecidos e mais novas as que mais reportaram sentirem-se incomodadas pelos riscos que encontraram (JORGE, 2012).

Nos resultados de 2010, Portugal apresenta assim um cenário dual. Por um lado, dispõe de infraestruturas que incluem uma rede nacional de acesso gratuito (ainda que desigualmente implementada), um forte investimento nas escolas e condições de posse de computadores razoavelmente implantadas que reduzem o primeiro nível do *digital divide*, assentes numa retórica de “choque tecnológico”, a confiança no poder da tecnologia para provocar a mudança e a inclusão digital e social (sobre o contexto português, PONTE, 2011). Por outro lado, diferenciações digitais, culturais e socioeconômicas no seio das famílias que marcam uma desigualdade nas condições para a vivência digital.

Num momento em que as crianças se iniciam cada vez mais cedo e em que cresce o acesso por meios móveis, uma resposta articulada a este desafio passará por uma maior atenção às famílias com menos recursos, tanto a nível de mensagens mediáticas que contrariem os receios mani-

¹² Para este indicador foram considerados o nível de instrução e a ocupação do membro do agregado familiar em posição mais elevada.

festados como nas condições locais para que se aproximem da tecnologia, a usufruam e com isso possam acompanhar mais de perto a experiência dos seus filhos, em especial dos mais novos; também junto de crianças e adolescentes, escolas e ambientes informais como bibliotecas e outros espaços de inclusão digital são espaços para promover não apenas o acesso mas também condições e literacia para um uso mais participativo e crítico da internet. Estas têm sido sugestões que temos apresentado publicamente, nomeadamente no Conselho de Acompanhamento do Projeto Internet Segura, parte do Programa *Safer Internet Plus*.

Kids Online Brasil: potencialidades e desafios para uma pesquisa comparada

Além dos 25 países europeus, este inquérito foi também aplicado na Austrália (GREEN, BRADY; ÓLAFSSON; HARTLEY; LUMBY, 2011) e na Rússia, estendendo-se ao Brasil em 2012, mediante acordo entre o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e a coordenação do Projeto, na London School of Economics. Desde 2009 que o Cetic.br realiza inquéritos de âmbito nacional sobre acessos e usos da internet por parte de crianças brasileiras, de 5 a 9 anos. Com este acordo, pretendeu-se que esses inquéritos contemplassem também a faixa etária de 9 a 16 anos, e tivessem como base o enquadramento teórico e os questionários da *EU Kids Online* adaptados à realidade brasileira. É objetivo prosseguir com sua realização anual.

Abre-se assim não só a perspectiva de poder ter resultados comparáveis com os europeus mas também de poder realizar uma pesquisa longitudinal que dê conta dos impactos do notável crescimento no acesso ao digital dos últimos anos por parte de crianças e adolescentes e também dos desafios e das políticas a seguir para que as oportunidades digitais sejam plenamente vividas pelos mais novos, em condições de segurança.

Estatísticas do Cetic.br indicam que perto de dois terços de crianças e jovens brasileiros de 10 a 24 anos já usaram a internet. Cerca de um

quarto de crianças de 5 a 9 anos também já o fez, um valor superior aos dos adultos com mais de 45 anos. A muito rápida penetração da rede nos lares brasileiros (com subidas de cerca de 8-12% entre 2010 e 2011) nas várias regiões, nas zonas urbanas e sobretudo entre as classes B e C, consegue ainda ser ultrapassada pelo acesso à internet nos celulares, sobretudo entre as classes com maior poder econômico. A expansão rápida destas redes digitais evoca a também muito rápida difusão da internet entre crianças e jovens nos países do ex-bloco socialista, considerados como “novos usos, novos riscos”.

Porque as realidades nacionais não são exportáveis nem podem ser ignoradas, importa por isso considerar as condições contextuais brasileiras para um enquadramento dos resultados do inquérito (o país como *objeto de estudo*, num nível nacional de análise, como vimos na Figura 1). Os passos seguintes, para uma investigação comparada com a Europa e nomeadamente com Portugal, serão a leitura do país como *contexto de estudo*, para testar hipóteses, e como *unidade de análise*, para examinar relações entre as dimensões que variam entre países, como vimos.

É neste sentido que a equipa portuguesa do *EU Kids Online*, consultora do projeto brasileiro *Kids Online Brasil*, tem vindo a sublinhar o interesse que teria o envolvimento mais articulado de investigadores brasileiros com aqueles que realizam este projeto no terreno, como já foi feito aquando da discussão da adaptação dos questionários, em Março de 2012. Nessa altura ocorreu um *workshop* com 25 participantes, entre académicos brasileiros, Ministério da Justiça, UNESCO, UNICEF, IPSOS e um membro da equipa portuguesa do *EU Kids Online*, José Alberto Simões, que apresentou a experiência europeia. Foram também discutidas questões como as particularidades contextuais a serem tidas em consideração dada a diversidade cultural, econômica e social do país, o desenho da amostra para garantir representatividade nacional, os conteúdos dos questionários a utilizar de modo a garantir simultaneamente comparabilidade e adequação ao contexto, para além das implicações para políticas públicas.

De facto, uma pesquisa comparada é muito mais do que traduzir questionários preexistentes e aplicá-los a amostras consideradas equivalentes. Como se deu conta na testagem dos questionários (traduzidos a partir do inglês e usando os de língua portuguesa como referência), reencontraram-se velhos problemas identificados na fase de testes cognitivos nos 25 países (HADDON; PONTE, 2012), como a extensão do questionário, dificuldade em traduzir numa linguagem acessível termos centrais como *bother* e *upset*, dificuldades em perguntas que exigiam um cálculo de tempos. Mas outras dificuldades encontradas evocam condições diferenciadas de penetração da internet, como a dificuldade em entender expressões ligadas a redes sociais e a espaços de conversação e ao próprio conceito de “segurança na internet”, que não estará tão embutido no discurso público como tem estado no espaço europeu. Uma outra característica também identificada nos pré-testes foi a grande dificuldade em responder ao inquérito de autopreenchimento por parte de crianças e adolescentes de meios socioeconômicos baixos, por dificuldades de leitura, e em compreender as instruções. Foram necessárias três rondas de testes para que, finalmente, se estabilizassem os questionários dirigidos a crianças e adolescentes, e a um dos seus pais.

A testagem dos questionários levou a sucessivas adaptações, que tornaram a linguagem mais coloquial e as perguntas dos entrevistadores mais curtas e diretas. Levaram ainda a que fossem eliminadas algumas perguntas relacionadas com a extensão dos danos, de modo a reduzir a extensão do questionário de autopreenchimento, o que decorre também da perspectiva de se encontrarem valores baixos de respostas relacionadas com risco e danos, decorrentes do baixo uso em geral. Por outro lado, a continuidade da realização deste inquérito permitirá introduzir mais tarde essas perguntas enquanto a permanência de outras permitirá um olhar longitudinal.

No cômputo geral, o questionário face a face compreende 40 questões, sobre acessos (lugares, meios, frequência), atividades, redes sociais, mediação e uma pergunta aberta sobre riscos; o questionário de

autopreenchimento para crianças de 9-10 anos tem 20 questões e o destinado aos 11-16 anos tem 35 questões; por sua vez, o questionário para os pais/cuidadores tem 43 questões. O trabalho de campo foi feito pela ISPOS Brasil, nos meses de Maio e Junho, a uma amostra representativa nacional devidamente ponderada por áreas geográficas e sociais.

O inquérito *Kids Online Brasil* tem na sua origem o interesse governamental ao mais alto nível, para um conhecimento da realidade brasileira que apostou na adaptação de questionários europeus e nos enquadramentos teóricos que lhe estão na base. É um processo que difere do estudo europeu, financiado igualmente com dinheiros públicos. A pesquisa europeia assenta numa rede de académicos que investigam a temática numa dupla dimensão de obtenção de resultados que informem políticas europeias e nacionais e que permitam a realização de trabalho científico conjunto: aprofundamento dos resultados descritivos com análises mais elaboradas, avaliação de projetos e estudos e sua disponibilização pública, produção de guias para a investigação sobre crianças e internet, identificação de lacunas na pesquisa e desenho de novos estudos, nomeadamente de natureza qualitativa e longitudinal, na presente fase. Por seu lado, a pesquisa brasileira é conduzida por uma empresa especializada em estudos nesta área, que tem como objetivo essencial a descrição da situação para informar políticas públicas.

Contudo, esta pode ser uma oportunidade excelente para pesquisadores brasileiros de várias áreas disciplinares se articularem também em rede e tirarem partido do imenso manancial de informação que este estudo proporciona sobre o contexto brasileiro, as práticas digitais das crianças e adolescentes, as mediações por parte de pais, professores e outros e o que constitui oportunidades e danos. Embora a tradição da pesquisa em Comunicação e Educação no Brasil tenha um traço metodológico mais qualitativo do que quantitativo, pensamos que o desafio científico não está apenas no método mas – e em primeiro lugar – nas perguntas que se podem fazer, nos enquadramentos e conceitos teóricos para pensar os problemas de modo crítico. Pela nossa

parte, deixamos um testemunho de como tem sido possível trabalhar em equipa, de modo interdisciplinar e estimulante, tanto a nível do país como no contexto internacional. A proximidade entre a rede brasileira e a equipa portuguesa tiraria partido da nossa língua comum; uma perspetiva comparada mais ambiciosa do que a simples descrição da situação em cada país permitiria olhar para cada um deles como *contextos de estudo* para verificar hipóteses sobre questões de inclusão digital, e como *unidades de análise* para verificar o que apresentam de semelhante e de diferente relativamente a outros países europeus. O desafio fica lançado.

Referências

- CARDOSO, D. A cultura do quarto e o uso excessivo da internet. In: C. PONTE; JORGE, A.; SIMÕES, J. A.; CARDOSO, D. Resultados nacionais do inquérito *EU Kids Online. Crianças e internet em Portugal*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2012. p. 57-73.
- GREEN, L.; BRADY, D.; ÓLAFSSON, K.; HARTLEY, J; LUMBY, C. *Risk and safety for Australian children on the internet*. Full findings from the *AU Kids Online* survey of 9-16 year olds and their parents, 2011. Disponível em: <http://cultural-science.org/journal/index.php/culturalscience/article/viewFile/49/129>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- HASEBRINK, U.; LIVINGSTONE, S.; HADDON, L.; ÓLAFSSON, K. *Comparing children's online opportunities and risks across Europe: cross-national comparisons for EU Kids Online*. London: LSE, 2009.
- HADDON, L.; PONTE, C. A. Pan-European Study on Children's Online experiences: Contributions from Cognitive Testing. (OBS*) *Observatorio*, v. 6, n. 2, p. 239-257, 2012. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/579>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- JORGE, A. Em risco na internet? Resultados nacionais do inquérito *EU Kids Online*. In: C. PONTE; JORGE, A.; SIMÕES, J.A.; CARDOSO, D. *Crianças e internet em Portugal*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2012. p. 93-104.

- LIVINGSTONE, S.; HADDON, L. *EU Kids Online: Final Report*. London: LSE, 2009a. Disponível em: <http://www2.lse.ac.uk/media@lse/research/EUKidsOnline/EU%20Kids%20I%20%282006-9%29/EU%20Kids%20Online%20I%20Reports/EUKidsOnline-FinalReport.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- LIVINGSTONE, S.; HADDON, L. (Org.). *Kids Online*. Bristol: Policy Press, 2009b.
- LIVINGSTONE, S.; HADDON, L.; GÖRZIG, A.; ÓLAFSSON, K. *Risks and safety on the internet: The perspective of European children. Full Findings*. LSE, London: EU Kids Online, 2011
- LIVINGSTONE, S.; HADDON, L.; GÖRZIG, A. (Org.). *Children, risk and safety on the internet*. Bristol: Policy Press, 2012.
- LIVINGSTONE, S.; ÓLAFSSON, K.; O'NEILL, B.; DONOSO, V. *Towards a better internet for children*. London: LSE, EU Kids Online, 2012. ISSN 2045-256X. Disponível em: <http://www2.lse.ac.uk/media@lse/research/EUKidsOnline/EU%20Kids%20III/Reports/EU-KidsOnlineReportfortheCEOCcoalition.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- LOBE, B.; LIVINGSTONE, S.; HADDON, L. *Researching children's experiences on the Internet across Countries: Issues and Problems in Methodology*. 2007. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/2856/1/D4.1_Report-Methodological_issues.pdf. Acesso em: 25 jun. 2012.
- LOBE, B.; LIVINGSTONE, S.; ÓLAFSSON, K.; SIMÕES, J. A. *Best practice research guide: How to research children and online technologies in comparative perspective*. London: LSE, 2008. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/21658/>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- PONTE, C. Explorando o conceito dos jornalistas como comunidade interpretativa transnacional. Um estudo comparado de notícias em 13 jornais europeus. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, UFSC, v. 6, n. 1, 2009. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo. Acesso em: 26 jun. 2012.
- PONTE, C. A rede de Espaços Internet entre paradoxos e desafios da paisagem digital. *Media & Jornalismo*, v. 19, p. 39-58, 2011. Disponível em: http://www.cimj.org/images/stories/docs_cimj/cp_19.pdf. Acesso em: 26 jun. 2012.
- PONTE, C.; JORGE, A.; SIMÕES, J. A.; CARDOSO, D. (Org.) *Crianças e internet em Portugal*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2012.

- SIMÕES, J. A. Mediações dos usos da internet. Resultados nacionais do inquérito *EU Kids Online*. In: C. PONTE; JORGE, A.; J. A. SIMÕES; CARDOSO, D. *Crianças e Internet em Portugal*. Coimbra, MinervaCoimbra: 121-143, 2012.
- STAKSRUD, E.; LIVINGSTONE, S.; HADDON, L.. *What do we know about children's use of online technologies?* A report on data availability and research gaps in Europe. London: LSE, 2009.
- STALD, G.; HADDON, L. *Cross-cultural contexts of research*. Factors influencing the study of children and the internet in Europe. London: LSE, EU Kids Online, 2009.